

A relevância dos países emergentes: o Fórum de Diálogo IBAS¹

*Leticia Tancredi**
*Natasha Lubaszewski***

RESUMO: O presente artigo busca analisar a importância e efetividade do Fórum de Diálogo IBAS, formado por Índia, Brasil e África do Sul, no contexto geopolítico global do século XXI. Através de características e objetivos comuns que serão apresentados ao longo do trabalho, os três países unem-se no bloco visando atingir metas conjuntas não só entre si, mas entre as próprias regiões em que cumprem papel de líderes, tentando defender os interesses dos países emergentes nos fóruns multilaterais e servindo como um dos maiores instrumentos no âmbito da crescentemente relevante cooperação Sul-Sul.

PALAVRAS-CHAVE: IBAS. Cooperação Sul-Sul. Países Emergentes. IBSAMAR. Multilateralismo.

¹ Trabalho realizado durante a disciplina “Seminário Temático de Relações Internacionais II”, ministrada pela Profª. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira, no período 2013/2.

* Graduanda do oitavo semestre do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: ldmtancredi@gmail.com

** Graduanda do oitavo semestre do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: natashaplubaszewski@gmail.com

1 Introdução

O projeto IBAS foi idealizado pelo presidente sul-africano, Thabo Mbeki, e compreendia anseios de maior coordenação e cooperação entre três países com grande importância em suas respectivas regiões: Índia, Brasil e África do Sul. A criação do fórum se deu em 2003, na cidade de Brasília. Nas palavras do primeiro-ministro indiano, Manmohan Singh, “[...] o IBAS é um modelo único de cooperação transnacional baseado numa identidade política comum. Nossos três países vêm de continentes diferentes, mas compartilham da mesma visão do mundo e aspirações” (SINGH, 2008).

A criação desse fórum reflete uma “nova onda de politização” entre os países intermediários, que passaram a contestar a ordem internacional atual, dominada pelas potências desenvolvidas, e a buscar maior voz para os países em desenvolvimento (HIRST, 2011). Frente a essa nova realidade, o presente artigo visa a entender e explicar a importância geopolítica do fórum IBAS no cenário internacional atual, bem como a sua importância geoestratégica para os países membros, suas fraquezas e perspectivas. Assim, parte-se da hipótese de que o fórum possui grande importância geopolítica e geoestratégica, com a confluência dos dois oceanos, Atlântico e Índico, na África do Sul como ponto central para o IBAS, o que abre espaço para que os três países criem uma realidade – tanto marítima quanto internacional – diferente da atual, potencial esse que se materializaria no projeto IBSAMAR².

A partir do objetivo do trabalho, primeiramente, faz-se um panorama das características de cada país e da sua inserção regional, destacando a importância de cada um. Em seguida, comenta-se acerca do histórico do bloco, do contexto de sua criação e dos seus objetivos. Posteriormente, discorre-se acerca das prioridades estratégicas do bloco, destacando os papéis de destaque dos oceanos Índico e Atlântico e da África do Sul para o IBAS. No que concerne ao papel dos dois oceanos, frisa-se a importância do projeto IBSAMAR como materialização da projeção do grupo. Por fim, aborda-se a sua inserção internacional atual, bem como as suas relações contemporâneas, e comentam-se as possibilidades e fragilidades do fórum, além de seu impacto para a estrutura internacional.

2 Breve histórico

A criação do IBAS se deu no ano de 2003, num contexto internacional de pós Guerra Fria, em que ocorreu não só um alargamento na agenda de segurança, mas também uma modificação no eixo estratégico das relações mundiais, que

² Projeto de coordenação entre Brasil, Índia e África do Sul para a criação de uma estrutura multilateral marítima de segurança e cooperação que seja capaz de abranger as rotas marítimas do Sul, desde o Atlântico, passando pelo cabo da boa esperança até o Pacífico.

deixaram de ser centradas no eixo Leste-Oeste e passaram a se focar nas relações Norte-Sul (VIANA, 2010). Nesse cenário, anseios de coordenação para que Índia, Brasil e África do Sul pudessem defender suas posições comuns perante os países desenvolvidos e de cooperação, para que, juntos, estes mesmos países pudessem combater suas fraquezas internas, resultaram na formação do fórum.

A primeira cúpula do IBAS deu-se apenas no ano de 2006. Decidiu-se, então, que as decisões a serem tomadas pelo fórum passariam a ser realizadas em cúpulas, como aquela. No ano seguinte, a segunda cúpula se comprometeu em aumentar em pelo menos 50% o comércio trilateral, além de ter debatido soluções para problemas que dificultavam o crescimento, em especial, na área de infraestrutura dos países (PAUTASSO; IANKOWSKI, 2013).

No ano de 2008, iniciaram-se dois projetos importantes para o fórum. Primeiramente, tiveram início os projetos de parceria acadêmica envolvendo os mais variados temas e profissionais das principais instituições de pesquisa dos três países, dando um importante passo no que diz respeito ao intercâmbio de informação e técnicas, o qual seria um dos objetivos do bloco (IBSA, 2008). O outro projeto, iniciado nesse mesmo ano, foi o IBSAMAR, consistindo em exercícios marítimos conjuntos entre as marinhas dos três países, assunto que, devido a sua importância, será tratado isoladamente no decorrer do artigo.

3 Contextos de criação do Fórum

Os contextos internos aos países de criação do fórum possuem peculiaridades que merecem ser tratadas. No Brasil, a criação do fórum foi um dos primeiros passos da política externa do primeiro governo Lula. Essa política refletia uma mudança de visão do peso internacional do país, que passou a perceber a sua importância a nível regional e o seu potencial para liderar e influenciar os países do Sul. De acordo com João Genésio de Almeida Filho:

A alteração do modo como o Brasil procura inserir-se internacionalmente permite, em alguma medida, compreender a participação do país no IBAS. Dentro do modelo de credibilidade, o Brasil confiava na sua possibilidade de liderança regional, bem justificada pelo tamanho de sua economia, mas não se via com excedente de poder para assumir uma posição de maior saliência no hemisfério Sul e para influir decisivamente sobre as grandes questões mundiais. Em um paradigma autonomista, passa a se conceber como capaz de afetar o sistema internacional como um todo; a diplomacia brasileira viu-se ‘autorizada’ a participar do IBAS, para, além de desenvolver seu relacionamento com a Índia e África do Sul, articular-se com eles sobre temas de alcance global (fome, pobreza, meio ambiente, processo de paz no Oriente Médio, entre outros) e aí procura exercer influência no maior grau possível. (FILHO, 2009, p. 72, p. 73).

No que diz respeito à África do Sul, o período era de reinserção internacional após anos de isolamento, fruto do governo segregacionista no período do Apartheid³. Já em relação à Índia, a sua entrada no IBAS faz parte de um histórico de não alinhamento. João Genésio de Almeida Filho afirma que a Índia:

[...] encara o IBAS como uma iniciativa que contribui para restabelecer o país à normalidade do convívio internacional, depois das represálias que sofreu pelos testes nucleares de 1998, e como um agrupamento onde encontra aliados na busca por um lugar de destaque no contexto internacional. Vê também na associação com o Brasil e a África do Sul oportunidades, que são limitadas em sua região, para o estabelecimento de parcerias econômico-comerciais produtivas. Espera ainda que o grupo, em seu vetor de cooperação, possa dar origem a projetos concretos de real significado. (FILHO, 2009, p. 57).

Por fim, pode-se notar jogo de balanças e contrabalanças desenvolvido pelos dois últimos países. Enquanto a África do Sul busca uma triangulação com Índia e China, participando tanto do IBAS quanto dos BRICS, a Índia busca a relação trilateral com o IBAS especialmente para fugir da influência, tanto da China quanto da Rússia, no que diz respeito à Organização de Cooperação de Xangai (OCX), da ASEAN e dos BRICS (CLOSS, 2013).

4 Características comuns

Uma das principais características em comum dos integrantes do IBAS é o fato de todos serem considerados potências regionais – a Índia, no caso do sul asiático; África do Sul, na África meridional; e Brasil, na América do Sul (o contexto de relevância regional de cada um desses países será melhor abordado posteriormente). Além disso, os três são considerados membros semiperiféricos da economia, possuindo muitos recursos, mas, paralelamente, muitos problemas de inclusão social (UNIBH, 2009).

Nessa mesma linha de raciocínio, os três países também possuem desempenhos similares em termos de índices de desenvolvimento, também havendo convergências no nível político e social: as três nações são democracias de massa, sendo sua sociedade constituída por uma população multiétnica. Geograficamente, os integrantes estão posicionados no hemisfério sul, o que constitui o IBAS como um projeto dentro do escopo de cooperação Sul-Sul, em contrapartida às tradicionais relações Norte-Sul. Esse último ponto em comum é igualmente relevante estrategicamente, somando-se ao fato de que tanto Índia quanto Brasil e África do Sul são países ricos em recursos naturais (UNIBH, 2009).

³ Regime de segregação racial adotado de 1948 a 1994 pelos sucessivos governos da África do Sul, no qual os direitos dos negros, que eram a maioria dos habitantes, foram reduzidos.

Entretanto, talvez a convergência mais relevante para a iniciativa e o sucesso do IBAS encontre-se no campo das relações internacionais. Além de ocuparem posições semelhantes no sistema internacional, todos os componentes do bloco defendem arduamente os mesmos tópicos, sendo os principais: defesa do multilateralismo, reforma do Sistema ONU⁴ e a necessidade de dar mais voz e poder de decisão aos países emergentes (VISENTINI, 2010a).

5 Potenciais em relação ao IBAS

Levando em conta as particularidades de cada um dos componentes, podem-se inferir alguns itens potenciais relacionados à participação de cada um. Iniciando a análise pelo Brasil, o país é hoje visto como referência mundial em termos de políticas sociais de combate à pobreza e outras mazelas sociais, tomando como exemplo o êxito de programas de transferência de renda condicionados, como o Bolsa Família, responsável por diminuir em mais da metade a pobreza no Brasil (de 9,7 a 4,3% da população) e em 15% o coeficiente de Gini, usado para medir a desigualdade de renda⁵ (HOLZHACKER, 2011; WETZEL, 2013). A experiência brasileira pode servir de influência positiva na luta contra os mesmos obstáculos sociais nos demais membros do IBAS. Ainda acerca do Brasil, o país pode ser o catalisador de políticas comuns na defesa marítima, bem como avançar a cooperação nas áreas de saúde – principalmente em relação a programas de combate à AIDS, nos quais é referência mundial – e de segurança (UNIBH, 2009), contribuindo, a exemplo dos outros dois membros, para um aumento da importância das iniciativas multilaterais.

Referente à Índia, têm-se que o país constitui um exemplo aos demais componentes acerca de questões de segurança regional e internacional (ao garantir sua presença e influência através da construção de laços com os demais países do sudeste asiático e com potências do sistema internacional) (BERLIN, 2006), crescimento econômico e programas educacionais (UNIBH, 2009; BERNDT; NUNES, 2008). Segundo Berndt e Nunes (2008), estes últimos têm trazido grandes avanços em áreas de pesquisa e desenvolvimento, levando o país a lograr grandes avanços tecnológicos e uma qualificação crescente de sua mão de obra e produção. A Índia também tem muito a contribuir em relação à tecnologia em farmacologia, carências tanto do Brasil quanto da África do Sul. Por fim, o país ainda é um grande exemplo de coesão social frente à acomodação do seu amplo ecletismo cultural (MALLMANN, 2009).

⁴ Todos os componentes do fórum IBAS pleiteiam um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

⁵ Dados de 2013.

Já a África do Sul representa um importante agente na luta contra problemas de segurança e saúde, bem como valores democráticos (UNIBH, 2009). Além disso, o país pode favorecer as relações comerciais dos outros países membros, principalmente no que concerne ao conhecimento em extração de minérios (MALLMANN, 2009). Finalmente, a ação contundente da África do Sul no que concerne a intermediação e solução pacífica de controvérsias na região pode servir de exemplo aos demais países (SOKO, 2007), principalmente ao Brasil que busca adotar a mesma política na América do Sul.

6 Inserção regional

Os três países são considerados potências em suas regiões; desse modo, percebe-se que a inserção nos blocos regionais fortaleceu as economias e o poder político internacional dos componentes do IBAS. As alianças com os países vizinhos economicamente mais fracos – mas que possuem interesses econômicos e políticos similares – permitiu-lhes conquistar um posto de liderança regional que demonstra à sociedade internacional um enorme grau de legitimidade. Essa posição coloca em destaque África do Sul, Brasil e Índia para negociarem acordos multilaterais, por exemplo.

O sucesso na inserção regional foi fundamental para esses países ampliarem suas relações bilaterais e multilaterais em instituições internacionais como a OMC e a ONU, uma vez que o peso de seus acordos acarreta a entrada de outros Estados dessas regiões para as negociações. Isso contribuiria, também, para o suposto sucesso da iniciativa IBAS. Dessa forma, importa apresentar um breve contexto de inserção regional nos três casos.

6.1 Brasil

A discussão acerca da integração regional sul-americana existe há muitos anos. Entretanto, trataremos da etapa contemporânea dessa discussão, que se intensificou no governo Lula, a partir de uma mudança no foco da política externa brasileira, a qual, além de impor ao Brasil uma posição de liderança do processo de integração, propiciou o surgimento do IBAS.

Essa mudança de política externa tem como principal ponto o desejo de aumento da autonomia internacional. Dentro desse contexto, cria-se o conceito de “Entorno Estratégico” – a região para a qual o Brasil quer irradiar (preferencialmente) sua influência e liderança diplomática, econômica e militar, o que inclui a América do Sul, a África Subsaariana, a Antártida e o Atlântico Sul (FIORI, 2013). Referente a esta última região, o Brasil passa a ter também grande atuação na cooperação Sul-Sul.

No âmbito regional, a vontade política de concentrar-se no processo de integração sul-americana não aconteceu só no Brasil. No início do século XXI, em tentativa de recuperação pós-crise do liberalismo, há uma mudança de ideologia por parte das nações sul-americanas em um geral, simbolizada pela “virada à esquerda” desses governos (FIORI, 2013). Nesse contexto, cresce a vontade de apoiar ativamente o projeto já existente, mas ainda pouco significativo, de integração do subcontinente. O Brasil, como maior economia da região, tendo em conta seu peso geográfico e social, toma a posição de liderança da integração, auxiliando na consolidação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), criada em 2008, e da continuidade do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

6.2 África do Sul

O contexto regional sul-africano possui particularidades. Seis dos doze países que se encontram no sul da África são cercados por terra. Desse modo, dependem de relações amistosas com seus vizinhos para conseguirem se estruturar como Estados (BENSON, 2012). Entre os países do sul africano, a África do Sul possui uma das economias mais desenvolvidas, tendo especial interesse na relação pacífica entre os países. Como país desenvolvido da região, a África do Sul recebe um grande fluxo de imigrantes, o que causa não somente problemas sociais nesse país, mas também estruturais em seus vizinhos regionais (BENSON, 2012). Sendo assim, a integração para esses Estados não é somente uma questão econômica, e sim uma questão histórica que gerou relações de interdependências estruturais.

No contexto de integração na África meridional, importa analisar a *Southern African Development Community* (SADC). O bloco surge em 1992 como uma modificação da *Southern African Development Co-ordination Conference* (SADCC), criada em 1980 por países da região justamente para diminuir sua dependência em relação à nação vizinha economicamente forte e, na época, hostil, a África do Sul (BENSON, 2012). O ano de transformação marca a inclusão desse país, isolado por muitos anos devido ao regime do Apartheid, ao grupo regional. Ao tornar-se parte integrante da SADC, a África do Sul assume uma posição de liderança, empreendendo esforços na resolução de conflitos e manutenção da segurança regional.

6.3 Índia

A inserção regional indiana encontrou maior dificuldade (se comparada aos seus parceiros de IBAS) devido aos grandes problemas internos enfrentados na região. A Índia possui recorrentes tensões com dois de seus vizinhos de maior

peso: Paquistão e China⁶. Desse modo, o Estado indiano teve de primeiramente acumular poder militar, para, então, poder inserir-se como uma possível potência regional (KAPUR, 2006).

O necessário aumento de capacidade militar, bem como econômica e diplomática, começa a aparecer nos anos 1970, quando, devido às próprias tensões recorrentes com China e Paquistão em relação a suas fronteiras, a Índia começa a dar cada vez mais importância à questão de segurança. Além disso, com a crescente deterioração da situação com seus grandes parceiros econômicos do oeste (Irã e Iraque), culminando com a Guerra do Golfo⁷, o país vê-se frente à necessidade de buscar novos agentes no sentido de promover cooperação econômica.

Nesse sentido, os interesses da Índia passam a se voltar para a região onde está inserida. O país passa, então, a assumir um crescente papel de liderança na South Asian Association for Regional Cooperation (SAARC), criada em 1985, a partir de uma iniciativa de Bangladesh. Aproveitando-se dessa liderança e defendendo seus interesses, a estratégia indiana vem consolidando-se acerca de uma permissão do funcionamento da SAARC em relação a problemas minoritários, enquanto constrói novas associações regionais baseada em laços econômicos. Relacionado a isso, também há a esperança de que a Índia se beneficie do regionalismo sem permitir que o Paquistão, seu rival, o faça simultaneamente, ao mesmo tempo em que empreende tentativas de isolar o país vizinho de outros Estados do sul asiático (KORNEGAY, 2011).

Dessa forma, surge um esforço no sentido de intensificar suas relações econômicas com o sudeste asiático, particularmente com os países integrantes da ASEAN⁸ (AYOON, 1990). Entretanto, o país conclui que, para possuir alguma relevância em termos de cálculos de política externa daqueles Estados, deve demonstrar sua importância em termos não só econômicos, mas também políticos. Nesse quesito, a Índia esbarra na resistência chinesa quanto à sua aproximação ao bloco, visto que não é de interesse da maior potência asiática que um país aspirante a desafiar esse status aproxime-se de um bloco que está sob sua influência (KORNEGAY, 2011).

⁶ As relações bilaterais entre Índia e Paquistão são marcadas por tensões desde o surgimento de ambos após a descolonização britânica, sendo o Paquistão considerado o principal problema de segurança para a Índia. O grande elemento de tensões atualmente é a discrepância de capacidades, podendo-se citar também a disputa pela Caxemira, o arsenal nuclear paquistanês e constantes ações terroristas (CEPIK; PITT, 2011, p. 33-40). Já com relação à China, as tensões se dão por questões geoestratégias, havendo rivalidade por disputas territoriais, segurança energética e influência no sudeste asiático (DUARTE, 2013).

⁷ A Guerra do Golfo, ocorrida entre agosto de 1990 e fevereiro de 1991, foi um conflito ocorrido entre Iraque e uma coligação de países ocidentais e orientais (com destaque para Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Arábia Saudita, Egito e Síria), após a invasão do Kuwait comandada por forças iraquianas. O país atribuiu aos kuwaitianos a queda dos preços do petróleo, além de possuir disputas territoriais (INFOPEDIA, 2014).

⁸ Bloco que visa consolidar a integração regional no sudeste asiático e desenvolver econômica, social e culturalmente seus membros, que atualmente são: Brunei Darussalam, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Filipinas, Cingapura, Tailândia e Vietnã (ASEAN, 2013).

Já contemporaneamente, a partir dos ataques de 11 de setembro de 2001, há uma mudança benéfica nas relações Índia-Estados Unidos, a qual torna mais fácil para a Índia inserir-se em uma cooperação política e de segurança com os parceiros estadunidenses na região da Ásia-Pacífico. Além disso, frente a uma possível estratégia norte-americana atual de rebalanceamento do continente asiático⁹, principalmente da China, o apoio indiano torna-se indispensável, o que, em caso de concretização, fortaleceria ainda mais os laços entre ambos e seus efeitos regionais para a Índia.

7 Objetivos principais

No fórum IBAS, há cinco objetivos que se destacam, sendo eles: a promoção do diálogo sul-sul, cooperação e posições comuns em questões políticas internacionais, afim de que os países possam melhorar sua posição estratégica no âmbito internacional; a promoção de acordos financeiros e oportunidades de investimentos; a atuação conjunta para o desenvolvimento social e a diminuição da pobreza internacional; a promoção de trocas de informação, melhores práticas internacionais, tecnologias e habilidades; e, por fim, a promoção da cooperação em uma ampla gama de áreas, como cultura, defesa, segurança, comércio, ciência e tecnologia, infraestrutura e educação (VISENTINI, 2010b).

Segundo a ideia defendida por Visentini (2010b), o IBAS seria um meio de contestar o regime econômico e político internacional vigente, com os três países buscando assentos permanentes no Conselho de Segurança da ONU. Além disso, os países buscariam relações internacionais multilaterais e um novo equilíbrio de poder no âmbito mundial, almejando um Sistema Internacional multipolar e aspirando a novos paradigmas de governança global.

Para conseguir cumprir esses objetivos, o fórum está dividido em três principais frentes de atuação. A primeira frente seriam os fóruns para consulta e convergência em nível político, na qual o ponto alto seriam as cúpulas, instrumento que leva os países a uma maior aproximação e congruência, atendendo ao objetivo de torná-los mais influentes. A segunda frente seriam os dezesseis grupos de trabalho, que colaboram em áreas e projetos concretos. Por último, a terceira frente seria a assistência a outros países em desenvolvimento através do Fundo para Alívio da Fome e da Pobreza (PAUTASSO; IANKOWSKI, 2013), que, de acordo com o Ministério da Defesa Brasileiro (2006), ao contar com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), financia projetos sociais em benefício de paí atuado em países como Burundi e Haiti.

⁹ A estratégia norteamericana de rebalanceamento da Ásia têm como principal causa a ascensão chinesa – em termos econômicos e militares – que dessa forma emerge como um competidor estratégico. Assim, os Estados Unidos faz alterações na sua projeção de forças na região e nas próprias parcerias bilaterais com países regionais, visando a contenção desta ascensão chinesa (CORDESMAN; HESS; YAROSH, 2013, p. 2).

8 Prioridades estratégicas

As prioridades estratégicas do IBAS, além dos objetivos já mencionados, giram em torno de três eixos principais: o Oceano Índico, o Oceano Atlântico e a África do Sul. O Oceano Índico tem um histórico de disputas que vem de muito longe. Por apresentar muitos estreitos estratégicos, a área conta com a presença constante das grandes potências. Isso se dá, principalmente, porque a região é muito rica em petróleo, de modo que as fontes energéticas se encontram não só em terra, mas também fisicamente no oceano: 40% das produções *offshore* vem do Índico. Além disso, por ali passam as principais rotas de petróleo e as rotas de escoamento comercial que ligam a África e a Ásia, tendo grande importância para países de ambos os continentes. Ademais de o oceano ser palco de projeções chinesas e indianas, devido ao fato de que a questão energética tem se tornado cada vez mais crucial para o jogo de poderes mundial, os Estados Unidos vêm reforçando as suas capacidades militares na região, tornando-a delicadamente importante (KUMAR, 2009).

Por sua vez, a parte sul do Oceano Atlântico tem visto sua importância aumentar nos últimos anos. Isso se deve à recente descoberta das reservas de petróleo do Pré-Sal e dos potenciais da área do Golfo da Guiné, fatos que trouxeram nova relevância estratégica para a região. Como decorrência dessas descobertas, potencializou-se o crescente interesse das potências nessa zona, trazendo a necessidade de maior articulação dos países costeiros, ponto que deveria se concretizar na retomada de importância da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e no próprio IBSAMAR (CLOSS, 2013).

Os dois oceanos são indispensáveis para a estratégia do IBAS, mas o seu ponto central é, de fato, a África do Sul. Isso porque, de acordo com Kornegay (2013, p. 104), o país constituiria uma “tripla porta de entrada”. O Estado Sul-Africano não só faz a ligação entre os Oceanos Índico e Atlântico, mas também serve como porta de entrada para toda a África Meridional, de modo que o país se encontra em posição geográfica estratégica, tornando-se essencial não apenas na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), mas também na ZOPACAS, no Simpósio Naval do Oceano Índico (IONS) e na Associação para a Cooperação Regional dos Países da Orla do Oceano Índico (IOR-ARC).

9 IBSAMAR

Como resposta à necessidade de maior articulação dos países costeiros do Atlântico Sul, em 2008 foi criado o IBSAMAR. Esse projeto está baseado em exercícios marítimos conjuntos, que buscam aumentar a prática do treinamento comum e compatibilizar a parte operacional das três marinhas. O projeto tem como

objetivo, igualmente, a ampliação do intercâmbio entre as instituições de pesquisa em defesa e a promoção de oportunidades de treinamento de pessoal e de troca de experiências na área, assim como o desenvolvimento de projetos conjuntos no campo da indústria de defesa (VIANA, 2010).

A questão é que esse projeto se depara com algumas dificuldades importantes. Em primeiro lugar, a falta de institucionalização e a maior coordenação multilateral naval do Oceano Atlântico constituem uma grande barreira para esses exercícios conjuntos, de modo que o Brasil e a África do Sul precisam articular-se de maneira mais profunda com os demais países costeiros. Em segundo lugar está a fragilidade das marinhas, principalmente do Brasil e da África do Sul. Esse último ponto é crucial para que o IBSAMAR, como se espera, possa materializar o potencial estratégico do fórum – que residiria na sua capacidade de projeção nos dois Oceanos –, já que marinhas realmente capacitadas seriam indispensáveis para que os países não precisassem submeter a sua soberania marítima às grandes potências atuais e possam ter voz no cenário mundial. Sendo assim, o desenvolvimento militar seria essencial para uma inserção internacional mais assertiva dos países membros do IBAS (CLOSS, 2013).

10 Relações contemporâneas

Ao analisarmos os discursos e acordos no âmbito do fórum, bem como as últimas atuações dos países em fóruns multilaterais, percebe-se que tanto as relações entre os membros do IBAS quanto com os membros “extrabloco” têm-se mostrado cada vez mais promissoras. Cabe analisar, separadamente, as relações contemporâneas do bloco nos âmbitos político, comercial e de cooperação num geral.

No âmbito político, há alinhamento cada vez maior entre Índia, Brasil e África do Sul no âmbito da ONU, na medida em que os três países têm buscado constantemente uma estabilidade econômica internacional e, no longo prazo, uma perspectiva de redistribuição de poder. De fato, ainda há divergências em alguns temas, como o de não-proliferação de armas nucleares, mas há posições comuns em diversas áreas, como na OMC, no FMI e no G-20, além de em coalizões contra preferências dadas aos Estados Unidos e à União Européia. Desse modo, apesar de não haver consenso em tudo, o fórum tem cumprido, de maneira relativamente satisfatória, a demanda dos três países de ter mais voz no cenário internacional e nos fóruns multilaterais.

De acordo com dados do Ministério das Relações Exteriores (MRE, 2013) no campo comercial, percebe-se um crescimento significativo dos fluxos de mercadorias intrabloco, não só absoluto, mas também em relação ao comércio extrabloco. Tanto o aumento absoluto (Tabela 1) quanto o aumento relativo (Tabela 2), estão demonstrados nas tabelas a seguir.

Tabela 1 – Fluxos de Comércio Intrablocos – Valores Absolutos

Exportadores	Importadores											
	2009			2010			2011			2012		
	Brasil	Índia	Af. Sul	Brasil	Índia	Af. Sul	Brasil	Índia	Af. Sul	Brasil	Índia	Af. Sul
Brasil	0	3415	1260	0	3492	1310	0	3201	1681	0	5577	1765
Índia	1782	0	1960	3670	0	3650	6391	0	4320	6163	0	4960
África do Sul	356	2068	0	717	2981	0	819	3373	0	792	3683	0
Total	10.840			15.820			19.784			22.940		

Fonte: MRE (2013)

Tabela 2 – Fluxos de Comércio Intrablocos – Valores Relativos

IBAS: Exportações intra e extrablocos					
2002–2012 (anos pares)					
US\$ BILHÕES					
Anos	Total	Intrablocos		Extrablocos	
		Valor	Part. %	Valor	Part. %
2002	133,6	2,5	1,9%	131,1	98,1%
2004	212,8	3,9	1,80%	208,9	98,20%
2006	311,6	7,2	2,30%	304,4	97,70%
2008	453,8	11,5	2,50%	442,2	97,50%
2010	493,8	15,8	3,20%	478,0	96,80%
2012	620,5	22,9	3,70%	597,6	96,30%

Fonte: MRE (2013)

No que diz respeito à cooperação, as relações nesse campo têm-se expandido cada vez mais. Ações da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na África do Sul, os projetos contra a pobreza já mencionados anteriormente (PAUTASSO; IANKOWSKI, 2013), as operações conjuntas nas operações de paz da ONU e a proposição de alternativas institucionais ao financiamento centralizado econômico e social através de instrumentos como o *IBSA Corporate Fund* e *IBSA Trust Fund* são exemplos de uma ampla gama de projetos de cooperação mútua entre os países do IBAS. Além disso, há um projeto científico em andamento desde 2008 sobre Clima Espacial e que visa o desenvolvimento conjunto de um microssatélite, sendo

de grande importância estratégica para o bloco pois o estudo espacial interessa não só aos pesquisadores dos três países, mas também influencia os sistemas de navegação por satélite (sistemas GPS e similares), as linhas de transmissão de energia e os enlaces de telecomunicações (AEB, 2012).

Na área de segurança, os três países cooperam de diversas maneiras: seja nas operações de paz da ONU, seja no IBSAMAR, seja na tentativa de combate, por meios aéreos e navais, do tráfico ilegal de armas e narcóticos e do trânsito marítimo de produtos químicos tóxicos e lixo radioativo nos Oceanos Índico e Atlântico. A questão chave do âmbito de segurança é que, apesar de já existirem diversos tipos de cooperação nessa área, ainda há falta de institucionalização dela por parte do IBAS, o que faz com que o seu potencial geopolítico, e principalmente geoestratégico, ainda seja mais latente do que efetivo (VISENTINI, 2010b).

11 Inserção internacional do IBAS

Como mecanismo inovador, estabelecido por três das principais democracias do mundo em desenvolvimento, o IBAS tem peso político próprio e legitimidade para se apresentar como interlocutor relevante para os grandes temas da agenda global. Nesse sentido, junta vozes e fala em uníssono nos foros multilaterais através de identidade própria, baseada nas posições estratégicas de seus membros em seus continentes (PEREIRA, 2010, p. 152).

Antes de tudo, é importante lembrar que a importância do IBAS no cenário internacional dá-se pelo fato de que, juntos, os três países representam os interesses de três regiões diferentes. Se individualmente Brasil, Índia e África do Sul têm dificuldades para influenciarem as decisões dos países considerados desenvolvidos, quando unidos esses países adquirem um peso que não pode ser ignorado a nível global.

O IBAS nasce como uma iniciativa anti-hegemônica (VISENTINI, 2010a), e não anti-estadunidense, como muitos críticos apontam. Sua estratégia internacional é marcada pelo pragmatismo e pelo peso político próprio, bem como legitimidade para se apresentar como interlocutor relevante a nível internacional, refletindo, dessa forma, o foco de política externa dos três integrantes. O grande ponto de inserção internacional do IBAS estaria na interação para formar novos paradigmas de governança global (multilateralismo), novo equilíbrio de poder no mundo (multipolaridade), e busca pela construção de um entorno regional seguro no sul de cada um dos continentes. Essa inserção internacional do bloco dá-se principalmente em fóruns multilaterais e organizações internacionais. Desse modo, o grupo vem despertando interesses em outros atores, tanto internamente aos países do bloco quanto a nível internacional.

O principal discurso – que já existia individualmente da parte de cada integrante e no IBAS passa a ser unânime – estaria relacionado à afirmação dos interesses dos países em desenvolvimento no contexto global. Esse seria o principal motivo pelo qual Índia, Brasil e África do Sul estariam pretendendo assentos permanentes no Conselho de Segurança da ONU, outro tópico de grande relevância no discurso internacional do IBAS. No que concerne à reforma do Sistema ONU, os países argumentam que a organização, criada por apenas 51 nações, já contava, em 2005, com 191 membros, uma expansão que pede por adequações.

Ademais, há o fato de que o hemisfério sul está se tornando um espaço estratégico em termos de desenvolvimento e geopolítica. Desse modo, a defesa do Atlântico e Índico Sul, sendo essas zonas de recursos energéticos, torna-se também um dos pilares da política internacional do IBAS, visto que há uma necessidade de reafirmação da soberania sobre as águas territoriais, manutenção da segurança dos oceanos para navegação e bloqueio de qualquer iniciativa de militarização por potências extrarregionais(VISENTINI, 2010a).

Adicionalmente, existem inúmeros documentos que trazem a posição do grupo quanto a temas da agenda internacional. Um exemplo seria a Declaração de Brasília, a qual cita a participação em fóruns como o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS), Cúpula do Milênio e Rodada Doha.

O IBAS também se posiciona em relação a temas políticos, principalmente de segurança. Referente à Questão Israel-Palestina, por exemplo, o bloco apoia a criação de um Estado Palestino independente ao lado do Estado de Israel. Em 2007, a partir da 4.^a Comissão Trilateral, começaram a surgir declarações do IBAS referentes a regiões, podendo-se citar como exemplo o apoio à Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD).

Merece atenção especial a posição do grupo de condenação ao terrorismo. O IBAS relaciona o tema à pobreza, defendendo que a situação de miséria de grande parte da população propicia iniciativas terroristas. Dessa forma, o grupo consegue inserir seu discurso em prol do desenvolvimento e da resolução da desigualdade social em um dos principais temas da agenda internacional (VISENTINI, 2010a).

No que diz respeito ao comércio, o bloco passou a ter também grande destaque na OMC, a partir da criação do G-20 (grupo de países emergentes) e da Rodada Doha, que tem como temas principais: acesso a mercados para bens agrícolas, subsídios à exportação, medidas de apoio interno, produtos especiais e mecanismos de salvaguarda. Ainda, os países do IBAS são o núcleo do NAMA 11 (Non Agriculture Market Access), grupo de oposição às demandas dos países desenvolvidos, que pedem maior acesso aos mercados agrícolas dos países em desenvolvimento para bens não-agrícolas. O IBAS também possui grande voz dentro do G-5 (conjuntamente com China e México), porta de diálogo com o G-8.

Outros temas defendidos pelo grupo seriam a igualdade de gêneros, condenação ao racismo, defesa dos direitos humanos, reforma do sistema financeiro internacional (em especial das instituições de Bretton Woods) e a não proliferação de armas.

12 Potencialidades do Fórum

A maioria dos autores, quando se refere às grandes potencialidades deste ainda recente projeto, enfatiza a capacidade potencial do IBAS de construir um mundo multipolar. Isso porque o fórum traria a possibilidade de ampla reformulação e consequente fortalecimento do hemisfério Sul nos moldes da cooperação Sul-Sul, possibilidade incentivada pela confluência dos dois oceanos.

Indo mais adiante, Kornegay (2006) afirma que através do IBAS seria possível uma retomada (virtual) do megacontinente Gondwana em termos geopolíticos, pois, de acordo com o autor, as potências regionais sozinhas não conseguiriam constituir alternativas ao poderio hegemônico norteamericano, de modo que a maior cooperação entre essas potências regionais e a ascensão internacional proveniente dos ganhos obtidos através de todos os campos abrangidos por esse padrão de relacionamento, poderiam forjar uma união que desafiasse a supremacia dos Estados Unidos. Entretanto, o fato é que, para se alcançar essa potencialidade, há a necessidade de uma articulação, tanto política quanto estratégica, muito maior do que a existente hoje (CLOSS, 2013).

Para Visentini (2010b), essa potencialidade de forjar desafios para o *status quo* norte-americano estaria consolidada na capacidade de articular as relações entre seus próprios espaços regionais, sendo assim no projeto do IBSAMAR. Segundo o autor, a adesão do Brasil ao IBAS não diz respeito somente à conexão sólida com a Ásia, via oceano Índico, que a África do Sul pode oferecer, mas à “[...] reafirmação da soberania sobre as águas territoriais, a manutenção da segurança dos dois Oceanos para a navegação e o bloqueio de qualquer iniciativa de militarização desses espaços por potências extrarregionais” (VISENTINI, 2010b, p. 32), objetivos que se materializam no IBSAMAR.

Ainda no que diz respeito à centralidade do IBSAMAR como fonte de materialização do potencial geoestratégico do IBAS, Kornegay afirma que:

[...] é extremamente importante que ao IBAS/IBSAMAR seja concedido um papel integralmente central em qualquer caminho que o multilateralismo do Atlântico Sul seguir. Mas essa opção [centralismo do IBAS/IBSAMAR] concederia à África do Sul e à Índia, em seus respectivos Simpósio Naval do Oceano Índico (IONS) e Associação para a Cooperação Regional dos Países da Orla do Oceano Índico (IOR-ARC), o papel de coordenar com o Brasil a criação de uma estrutura multilateral marítima de segurança e cooperação que seja capaz de abranger as rotas marítimas do sul sob a

bandeira da IBSAMAR. Isso pode implicar em reunir ZOPACAS, IONS e IOR-ARC sob a forma de diálogo e consulta de alto nível continuados, talvez em uma cúpula do IBAS/IBSAMAR sediada na África do Sul. Seu objetivo seria iniciar a estruturação de um mecanismo multilateral que aumentasse a fomentação da reforma do Conselho de Segurança da ONU por parte do IBAS (KORNEGAY, 2013 apud CLOSS, 2013).

De fato, a maior institucionalização no âmbito da segurança e, principalmente, uma maior coordenação dos três países no que diz respeito ao IBSAMAR são indispensáveis para uma inserção mais assertiva das três potências regionais no âmbito internacional. Desse modo, suas potencialidades de forjar um mundo multipolar e fortalecer o hemisfério Sul só se efetivarão a partir do momento em que essas potencialidades também se efetivarem e, de fato, o IBAS representar real desafio à hegemonia norte-americana.

13 Conclusão

A iniciativa IBAS tem sido exitosa em diversos pontos, mas também enfrenta algumas dificuldades. O êxito maior está na capacidade de convergir os principais objetivos e discursos comuns entre seus três componentes e os demais membros das regiões em que lideram. Porém, faltam articulação e capacidade de efetivação em diversos aspectos. Um dos principais exemplos neste quesito é o próprio IBSAMAR, que, como já foi mencionado, carece de institucionalização e coordenação multilateral na prática, embora, no discurso, constitua uma boa iniciativa. Além disso, há um ciclo vicioso: ao mesmo tempo em que os governos precisam do IBAS para adotar políticas comuns a fim de melhorar suas fragilidades internas, essas próprias fragilidades, principalmente estruturais, acabam afetando a capacidade de efetivar as estratégias convergentes no âmbito do bloco.

Outro ponto que pode vir a constituir um obstáculo ao fórum são as possíveis alterações de tendências de política externa decorrente de mudanças nos governos dos países-membros. É sabido que os interesses de política interna se relacionam aos da política internacional de um país, e que, dessa forma, mudanças de governo podem alterar o posicionamento externo. Neste sentido, existe a possibilidade de a cooperação sul-sul passar a ser tratada com maior ou menor intensidade, dependendo da posição que assume na lista de prioridades de política externa dos governos. No entanto, há pouca probabilidade de esse fato se configurar no curto prazo, visto que não se percebem grandes mudanças políticas nos países-membros do IBAS.

Ademais, conclui-se que o projeto IBAS possui futuro, não havendo atualmente razões para que se discuta seu fim, pelo contrário: o que se deve discutir são as melhorias a que deve ser submetido. Por enquanto, pode-se falar em um futuro muito mais potencial do que efetivo, mas se a vontade de articulação e cooperação

dos três membros for grande – o que parece ser – esse quadro é perfeitamente reversível, e a eficácia do bloco pode vir a aumentar e contribuir cada vez mais para o desenvolvimento social, econômico e político dos países emergentes. Uma coisa é certa: o próprio fato de haver uma iniciativa que vise a levantar a voz dos emergentes a nível mundial já é relevante por si só, pois já demonstra aos países desenvolvidos e suas lideranças que o mundo subdesenvolvido está cooperando e buscando força para lutar por decisões que contemplem os seus interesses de igual para igual (VISENTINI, 2010b).

The relevance of emerging countries: the IBSA Dialogue Forum

ABSTRACT: This paper analyzes the importance and effectiveness of the IBSA Dialogue Forum, made up of India, Brazil and South Africa, on the global geopolitical context of the twenty-first century. Through features and common goals that will be presented throughout the work, the three countries join the bloc aimed at achieving joint goals not only each other, but between the regions themselves that fulfill roles as leaders, trying to defend the interests of developing countries in multilateral fora and serving as one of the instruments within the increasingly important South-South cooperation. Through features and common goals that will be presented throughout the work, they join the bloc aiming to achieve not only countries specific shared goals but those from the regions in which they fulfill roles as leaders, trying to defend the interests of developing countries in multilateral forum and serving as one of the instruments within the increasingly South-South cooperation.

KEYWORDS: IBSA. South-South Cooperation. Emergent Countries. IBSAMAR. Multilateralism.

Referências

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA (AEB). Brasil, Índia e África do Sul retomam projeto satélite IBAS. *Portal AEB*, Brasília, DF, nov. 2012. Disponível em: <<http://www.aeb.gov.br/brasil-india-e-africa-do-sul-retomam-projeto-do-satelite-ibas/>>. Acesso em: 5 out. 2013.

ASSOCIATION OF SOUTHEAST NATIONS (SEAN). Overview. *ASEAN Official website*, Jakarta, 2013. Disponível em: <<http://www.asean.org/asean/about-asean/overview>>. Acesso em: 4 ago. 2014.

AYOOB, Mohammed. *India and Southeast Asia: Indian Perceptions and Policies*. Singapore: Institute of Southeast Asian Studies, 1990.

BENSON, Thomas. Análise Comparada de Processos de Integração: A inserção regional do Brasil e da África do Sul. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS, 20-22 jun. 2012, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2012. p. 573-597.

BERLIN, Donald L. India in the Indian Ocean. *Naval War College Review*, Rhode Island, v. 59, n. 2, p. 58-89, Spring 2006.

BERNDT, Priscila P.; NUNES, Tiago E. A Índia e a Nova Ordem Mundial: do desenvolvimento interno à influência externa. *Nerint*, Porto Alegre, 2008. Série Relações Diplomáticas, Econômicas e de Segurança na Ásia Meridional. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/nerint/artigos/relacoes-diplomaticas-economicas-e-de-seguranca-na-asia-meridional/>>. Acesso em: 3 out. 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Notas Técnicas do Departamento de Cooperação*. n. 1. Brasília, DF: fev. 2006.

_____. Ministério das Relações Exteriores. *Catálogo Bibliográfico Índia-Brasil-África do Sul (IBAS)*. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

_____. Ministério das Relações Exteriores. *Manual de Comércio Exterior IBAS*. Brasília, DF: Ed. Maio, 2013.

CEPIK, Marco; PITT, Rômulo. A Índia e a segurança regional após Abbottabad. *Revista Conjuntura Austral*, Porto Alegre, v. 2, n. 6, p. 33-40, jun./jul. 2011.

CLOSS, Marília. IBAS: Importância Geopolítica e Geoestratégica. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS, 21-23 maio 2013, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2013.

CORDESMAN, Anthony; HESS, Ashley; YAROSH, Nicholas. *Chinese Military Modernization and Force Development: A Western Perspective*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2013.

DUARTE, Paulo. China-Índia: entre rivalidade e cooperação. *Sociedade Militar*, 15 jan. 2015. Disponível em: <<http://sociedademilitar.com.br/wp/2015/01/china-india-entre-rivalidade-e-cooperacao-por-paulo-duarte.html>>. Acesso em: 8 jan. 2016.

FILHO, João Genésio de Almeida. *O Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS): Análise e Perspectivas*. Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

FIORI, José Luís. O Brasil e seu “entorno estratégico” na primeira década do século XXI. In: SADER, Emir. *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

GUERRA DO GOLFO. In: DICIONÁRIO da Língua Portuguesa. Porto: Porto Editora, 2003-2016.

HIRST, Mônica Ellen Seabra. *As relações Brasil-Estados Unidos desde uma perspectiva multidimensional: evolução contemporânea, complexidades e atuais perspectivas para o século XXI*. Tese (Doutorado)–Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

HOLZHACKER, Denilde. O Contexto de Desigualdade Social e Pobreza no Brasil, China e Índia. *Revista da Espm*, São Paulo, p. 69-73, mar./abr. 2011.

INDIA-BRAZIL-SOUTH AFRICA DIALOGUE FORUM (IBSA). *IBSA Education Working group*. 2008. Disponível em: <<http://www.ibsa-trilateral.org/images/stories/documents/IBSA%20Education%20rev.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2016.

KAPUR, Ashok. *India: From Regional to World Power*. Abingdon, UK: Routledge, 2006.

KORNEGAY, Francis. *South Africa, The Indian Ocean and the IBSA-BRICS equation: Reflections on Geopolitical and Strategic Dimensions*. New Delhi: Observer Research Foundation, 2011.

_____. IBSA: Toward a “Gondwanan” Strategic Vision. *Synopsis*, v. 8, n. 2, 2006. Disponível em: <http://cps.org.za/cps%20pdf/Syn8_2_Jun2006.pdf>. Acesso em: 2 out. 2013.

KUMAR, Deepak. A Competição no Oceano Índico à Luz do Emergente Triângulo Estratégico. *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 123-153, 2009.

KUNRATH, Bruna. *Brasil e Índia: inserção internacional e a campanha pela vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU*. 2012. 162 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais)–Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LIMA, Maria Regina S. A Política Externa Brasileira e os Desafios da Cooperação Sul-Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, jan./jun. 2005.

MALLMANN, Luciane C. *Cooperação no Setor de Políticas Sociais: da Bilateralidade Brasil-África do Sul à Multilateralidade IBAS*. 2009. 348 f. Tese (Doutorado em Ciência Política)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PAUTASSO, Diego; IANKOWSKI, Bruno. O IBAS como Expressão das Coalizões Sul-Sul: o Caso do Fundo para Alívio da Fome e da Pobreza. *Século XXI*, Porto Alegre, v. 4, n.1, jan./jun. 2013.

PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil-África e a Geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA, 2011.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. A Dimensão econômico-comercial: IBAS, a construção de uma agenda comum de Cooperação Sul-Sul. In: VISENTINI, Paulo Fagundes; CEPIK, Marco Aurélio; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. *G3 – Fórum de diálogo IBAS: Uma experiência de cooperação Sul-Sul*. Curitiba: Ed. Juruá, 2010.

SINGH, Manmohan. *Opening Remarks by Prime Minister Dr Manmohan Singh at the third IBSA Summit*. 2008. Disponível em: <http://mea.gov.in/Speeches-Statements.htm?dtl/1714/Opening_Remarks_by_Prime_Minister_Dr_Manmohan_Singh_at_the_Third_IBSA_Summit>. Acesso em: 8 jan. 2016.

SOKO, Mills. A África do Sul e as Ameaças Tradicionais e Não-Tradicionais à Segurança Regional. In: KORNEGAY, Francis; DADA, Jabulani (Org.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BELO HORIZONTE (UNIBH). *IBAS e a Cooperação Sul-Sul*. Belo Horizonte: UNIBH, 2009.

VIANA, Suhayla Mohamed. A Segurança Internacional como Tema de Cooperação no IBAS. In: SVARTMAN, Eduardo et al. (Org.). *Defesa, Segurança Internacional e Forças Armadas III*. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

VISENTINI, Paulo Fagundes. A Dimensão Geoestratégica do IBAS. In: ZHEBIT, Alexander et al. *Brasil-Índia-África do Sul: Emergência do Sul Global*. Rio de Janeiro: Gramma, 2010a.

_____. A dimensão política: O IBAS multilateral, trilateral e geopolítico. In: VISENTINI, Paulo Fagundes; CEPIK, Marco Aurélio; PEREIRA, Ana Lúcia Danilevicz. *G3 – Fórum de diálogo IBAS: Uma experiência de cooperação Sul-Sul*. Curitiba: Ed. Juruá, 2010b.

WETZEL, Deborah. Bolsa Família e a Revolução Silenciosa no Brasil. *The World Bank*, 4 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/news/opinion/2013/11/04/bolsa-familia-Brazil-quiet-revolution>>. Acesso em: 3 out. 2015.